

Infraestrutura escolar e condições de trabalho docente: percepções de professores de Educação Física da cidade de Viçosa, Minas Gerais

Infrastructure and working conditions: physical education teacher's perceptions in the city of Viçosa, Minas Gerais

Jaykyson Crisóstomo Cupertino¹, Doiara Silva dos Santos², Jairo Antônio da Paixão³

RESUMO: As condições de trabalho do professor em geral e do professor de Educação Física, em específico, demandam diagnósticos de várias realidades, de maneira multidimensional. É necessário desnaturalizar a precarização das condições de infraestrutura e materiais que impactam o trabalho docente, o processo de ensino e aprendizagem e a saúde da comunidade escolar. Este estudo de natureza qualitativa teve como objetivo identificar e analisar condições de infraestrutura escolar e de trabalho de professores de Educação Física escolar atuantes na rede estadual na cidade de Viçosa, Minas Gerais. A coleta de dados abrangeu dois momentos independentes. O primeiro envolveu o registro fotográfico de instalações físicas utilizadas por professores de Educação Física para aulas do componente curricular nas escolas. O segundo consistiu na aplicação de um questionário online para os professores de Educação Física em atuação. Participaram deste estudo 13 professores (8 homens e 5 mulheres) com a média de idade de 38,9 anos. Foram registradas imagens de espaços destinados às aulas de Educação Física em 8 escolas. Os resultados revelaram que as condições de trabalho dos professores são precárias, com grande parte deles vivendo em vulnerabilidade socioeconômica e com muitas horas de exposição ao sol. As imagens registradas enfatizam as condições precárias de trabalho dos professores da rede estadual, expostos a poeira, calor e outros agentes nocivos. Todas as escolas apresentam problemas de infraestrutura nos espaços de aulas de Educação Física, os quais ameaçam as práticas pedagógicas e, também, a integridade física dos frequentadores. Nenhuma escola apresenta condições adequadas de acessibilidade nestes espaços. A precarização do trabalho do professor pode provocar problemas de saúde e afastamentos e/ou, também, o abandono da profissão, tanto em termos de qualidade do trabalho quanto de desistência de ser professor.

PALAVRAS-CHAVE: Educação básica; precariedade; infraestrutura.

ABSTRACT: The working conditions of teachers in general, and of Physical Education teachers in particular, require diagnoses of various realities in a multidimensional way. It is necessary to denaturalize the precariousness of infrastructure and material conditions that impact the teaching work, the teaching and learning process, and the health of the school community. This qualitative study aimed to identify and analyze school infrastructure and working conditions of school Physical Education teachers working in the state network in the city of Viçosa, Minas Gerais. Data collection

¹ Licenciado em Educação Física, bolsista de Iniciação Científica CNPq 2022-2023, Universidade Federal de Viçosa. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-8045-4148>. E-mail: jaykyson.cupertino@ufv.br

² Doutora em Educação Física, Professora do Departamento de Educação Física, Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4718-7226>. E-mail: santosdoiara@ufv.br

³ Doutor em Educação, Professor do Departamento de Educação Física, Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1413-9081>. E-mail: jairo.paixao@ufv.br

covered two independent moments. The first involved photographic recording of physical facilities used by Physical Education teachers for classes of the curricular component in schools. The second consisted of an online questionnaire applied to active Physical Education teachers. Thirteen teachers (8 men and 5 women) with an average age of 38.9 years participated in this study. Images of spaces designated for Physical Education classes in 8 schools were recorded. Results revealed that the working conditions of teachers are precarious, with many of them living in socioeconomic vulnerability and with many hours exposed to the sun. The images recorded emphasize the precarious working conditions of state school teachers, exposed to dust, heat, and other harmful agents. All schools present infrastructure problems in Physical Education class spaces, which threaten pedagogical practices and also the physical integrity of those attending. No school has adequate accessibility conditions in these spaces. The precariousness of teachers' work can lead to health problems, absences and/or also abandonment of the profession, both in terms of work quality and giving up being a teacher.

KEYWORDS: Basic education; precariousness; infrastructure.

INTRODUÇÃO

Os avanços epistemológicos da Educação Física escolar, exarados nas produções científicas que circulam na área em livros e artigos científicos, são amplamente estudados no processo de formação de professores, buscando a qualidade do ensino. Toda esta produção tem apresentado possibilidades teóricas e metodológicas que podem contribuir para a atuação de professores nas escolas e avanços das práticas pedagógicas no trato dos seus conteúdos, buscando potencializar e efetivar os projetos de escola e de sociedade expressos em políticas curriculares (Bracht, 2019).

Dentre os desafios encontrados para a efetivação dos avanços teórico-metodológicos na área da Educação Física em prol da qualidade do ensino, e da própria legitimidade da área como componente curricular obrigatório, está o desinvestimento pedagógico de professores, que ocorre em meio a denúncias cotidianas sobre condições de trabalho precarizadas (infraestrutura escolar e materiais), remuneração baixa e enfrentamentos de problemas sociais diversos nas escolas brasileiras (Machado *et al.*, 2010).

Nesse cenário, é preciso destacar que a relação entre condições de trabalho docente e qualidade da educação é incontornável (Jacomini; Penna, 2016). A questão das condições materiais de trabalho docente nas escolas brasileiras, em diversas realidades, parece relegada a uma certa naturalização, ou seja, ser professor, inevitavelmente, é ter condições precarizadas de materiais pedagógicos e infraestrutura (Bernardi; Neto, 2016).

A infraestrutura escolar, conceitualmente, refere-se tanto à materialidade da escola em seu espaço com recursos e materiais, suas condições arquitetônicas, térmicas e luminosas quanto às construções históricas, sociais e culturais que se engendram naquele *locus*, ou seja, uma cultura material imbuída de significados (Castro, 2018).

Sa e Werle (2017), ao produzirem um estado da arte sobre pesquisas com enfoque em infraestrutura escolar, mapearam estudos sobre o espaço escolar e sua relação com desempenho escolar, práticas pedagógicas, políticas públicas e gestão educacionais, sugerindo a necessidade de produções com enfoque empírico sobre este tema, pois, “a temática é tratada de forma tangencial, periférica, incluindo, por exemplo, relegar a um segundo plano questões que dizem respeito aos materiais físicos disponíveis na escola, incluindo prédios, salas de aula e equipamentos” (Sa; Werle, 2017, p. 403).

Condições materiais e de infraestrutura podem representar, de fato, ameaças para além da qualidade do ensino e aprendizagem, mas, à saúde e qualidade de vida de trabalhadores em geral e, portanto, também de professores, com adoecimentos físicos e mentais (Cunha *et al.*, 2024). A Carta de Ottawa, documento de intenções resultante da I Conferência Internacional sobre a Promoção de Saúde, promovida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1986, é um marco histórico para a atenção às condições de trabalho e seu impacto na saúde dos trabalhadores. O binômio saúde e condições de trabalho se desenvolveu muito a partir daquela primeira conferência. Fruto desse processo, a comunidade científica se dedicou à análise da qualidade de vida e condições de trabalho, desenvolvendo instrumentos e técnicas para reunir dados e intervir sobre a relação saúde e trabalho (Antonni, 2022).

No caso específico da Educação Física escolar, o tema tem recebido cada vez mais atenção (Moreira *et al.*, 2009; Pozzati *et al.*, 2015; Felix, 2022). Estudos nesta área incluem, por exemplo, particular enfoque à síndrome de *burnout* sofrida por professores e outras questões de saúde mental (Mariano; Muniz, 2006; Moreira *et al.*, 2009). Os riscos de câncer de pele causados por exposição solar em circunstância de trabalho (Medeiros, 2022), bem como indicadores de qualidade de vida no trabalho e sua relação com o estilo de vida de professores de Educação Física também têm sido contemplados em pesquisas (Moreira *et al.*, 2010; Both *et al.*, 2010). Em geral, nestes estudos, a discussão sobre as condições materiais de trabalho e infraestrutura de docentes é secundarizada ou subjacente.

Dentre os estudos que enfatizam estas questões na Educação Física, Ferreira Neto (2020) analisou a influência das infraestruturas escolares sobre a efetivação do currículo da Educação Física na cidade de Búzios, Rio de Janeiro. Com base em entrevistas semiestruturadas com diretores escolares, o autor apontou que as condições de infraestrutura e materiais “inviabilizam o cumprimento do currículo em sua integralidade, afetam os conteúdos de ensino e, por conseguinte, os objetivos educacionais não são atingidos” (Ferreira Neto, 2020, p. 232).

Felix (2022), por sua vez, analisou as implicações relacionadas à escassez de infraestrutura para o trabalho do professor de Educação Física. Essa pesquisa teve como embasamento a uma

revisão sistemática e concluiu que a construção do trabalho docente está diretamente ligada à infraestrutura que a escola oferece. Assim, a precarização é um dos problemas mais recorrentes nas escolas, e que resulta na desvalorização do professor de Educação Física e do seu trabalho.

Carvalho, Barcelos e Martins (2020) analisaram a perspectiva discente sobre infraestrutura e materiais para aulas de Educação Física escolar numa cidade do Tocantins. Com base em questionários e observações, os autores apontaram que os alunos reportam a precariedade do material que impactam negativamente a sua motivação, limitam as aprendizagens diante dos conteúdos do componente curricular, e expõem a sua saúde e de seus professores a riscos.

As condições de trabalho de docentes de Educação Física demandam a investigação de várias realidades, para que se possa levantar caminhos para a necessária desnaturalização da precarização do trabalho deste grupo profissional. Diante disso, este estudo pretende contribuir para a literatura acadêmica da área ao identificar e analisar as condições de trabalho docente de professores de Educação Física de escolas públicas da cidade de Viçosa, Minas Gerais.

METODOLOGIA

Para esta pesquisa foi adotada uma abordagem qualitativa. Estudos qualitativos buscam a descrição de fenômenos em perspectivas sociais e culturais, permitindo a análise da interação de acontecimentos em níveis singulares de realidades (Richardson, 2017). Assim, o investigador busca acessar o “universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” em contextos dinâmicos, considerando-se a peculiaridade dos sujeitos e das relações sociais, em processos e fenômenos (Minayo, 2014, p. 22).

A coleta de dados se dividiu em duas etapas independentes. A primeira etapa consistiu em realizar registros fotográficos das instalações físicas mais utilizadas para aulas do componente curricular Educação Física, em sua especificidade, em escolas estaduais da cidade de Viçosa, Minas Gerais. Para isso, foram mapeadas as respectivas escolas e realizados contatos telefônicos, estes obtidos por meio do *site* da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE-MG).

A SEE-MG apresentou uma lista de escolas cadastradas até o dia 04 de maio de 2023. Foram encontradas 10 escolas estaduais na cidade de Viçosa, Minas Gerais. Entretanto, duas destas escolas são voltadas para a Educação de Jovens e Adultos – EJAs, uma se encontra fechada de todas as atividades e a outra não possui professores de Educação Física. Não consta nessa mesma lista o número total de professores de Educação Física atuantes em cada escola e não obtivemos retorno da SEE-MG sobre este dado em consulta formal por correio eletrônico.

Assim, foram enviadas cartas convites às direções das 8 escolas estaduais mapeadas, apresentando os objetivos da pesquisa. As cartas foram submetidas ao e-mail institucional de contato da direção de todas as unidades escolares da rede estadual da cidade, acompanhada de uma carta de autorização para assinatura, formalizando-se a participação de cada escola. Todas as diretorias assinaram a carta autorizando o registro fotográfico e contato com os professores de Educação Física para convite à segunda etapa da pesquisa.

A segunda etapa consistiu em aplicar um questionário semiaberto online, por meio do *Google Forms*, para professores de Educação Física ativos da rede estadual. Os docentes foram convidados por meio do seu correio eletrônico institucional, mediante carta convite contendo objetivos do estudo e a forma de participação. Além disso, foram utilizados endereços eletrônicos que fazem parte de um banco de dados prévio de propriedade da pesquisadora responsável, que se somaram aos contatos fornecidos por dirigentes escolares que autorizaram a pesquisa.

Assim, os professores de Educação Física receberam um convite com um *link* para o *Google Forms* em que constava o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para assinatura digital. O participante tinha a opção de clicar na caixa correspondente “Aceito participar” ou “Não aceito participar”. Aqueles que aceitaram participar foram encaminhados imediatamente para o questionário e, após finalizarem, receberam uma cópia do TCLE e de suas respostas por e-mail, com um agradecimento. O respondente que optasse por não participar, receberia um agradecimento e cópia do termo em seu e-mail.

A coleta de dados se deu no período de 30 de março de 2023 a 30 de maio de 2023, conforme estabelecido previamente no cronograma da pesquisa.

O questionário se baseou no modelo validado *World Health Organization Quality of Life (WHOQOL-bref)* desenvolvido pela Organização Mundial da Saúde (Fleck *et al.*, 2000). As perguntas foram adaptadas para captar a realidade do trabalho dos professores em seus contextos e resultaram em 22 questões.

O instrumento *WHOQOL-bref* foi desenvolvido pela OMS, foi inicialmente pensado por Richard E. Walton em 1973, em seu artigo chamado “*Quality of work life: what is it?*” Este autor elencou alguns fatores cruciais para determinar a qualidade de vida no trabalho. Com os avanços em torno da temática a partir deste estudo clássico, foram definidos os seguintes indicadores de qualidade de vida no trabalho, que têm sido utilizados para a análise de qualidade de vida de professores: princípios constitucionais; oportunidade de crescimento e desenvolvimento de suas competências; imagem da organização ou grupo junto à sociedade; relação interpessoal; relação trabalho-família; salário e benefícios; ambiente físico e segurança no trabalho (Santos; Espinosa; Marcon, 2020).

Além de dados sociodemográficos como autodeclaração de raça/etnia, sexo, idade e renda, o enfoque do questionário adaptado desta pesquisa contemplou, como subtemas dos acima mencionados, as questões de: autopercepção de saúde e qualidade de vida; higiene, ventilação, iluminação do local de trabalho; quantidade e qualidade de recursos materiais; exposição ao sol; percepção de relevância social do trabalho; autopercepção de qualidade de vida e saúde.

O material fotográfico foi apresentado de forma descritiva e ilustrativa, a título de ilustração, compreendendo a imagem como representação e documento (Manini, 2012). Os questionários também receberam tratamento analítico descritivo e interpretativo.

Este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa com seres humanos da Universidade Federal de Viçosa (UFV), sob o número de parecer: 5.982.643. Foram utilizados nomes fictícios para mencionar os professores. É importante salientar, também, que muitos coordenadores das escolas tiveram medo de permitir o registro fotográfico das quadras de aula ou ambientes de aula dos professores de Educação Física, alegando estarem receosos de sofrerem represálias e/ou sanções do estado. Vale ressaltar que este trabalho é voltado para a pesquisa científica e seguiu as normas éticas para a sua produção.

DOS SUJEITOS PARTICIPANTES

Participaram deste estudo 13 professores da rede estadual de escolas urbanas da cidade de Viçosa, Minas Gerais. Dos professores participantes da pesquisa, 8 são do sexo masculino e 5 do sexo feminino. A idade dos mesmos varia entre 24 e 57 anos. Os professores respondentes têm entre 11 meses e 25 anos de atuação na área de Educação Física escolar. Portanto, os sujeitos participantes contemplam vários momentos da carreira docente, do iniciante ao professor próximo da aposentadoria. Dos 13 respondentes, 6 trabalham em somente 1 escola, 4 dos professores trabalham em 2 escolas, e 3 trabalham em 3 escolas. A jornada semanal de trabalho dos participantes deste estudo varia entre 10 horas e 55 horas semanais.

Sobre a renda oriunda da atividade como professor de Educação Física, as respostas demonstraram que 10 dos professores são considerados classe D e E economicamente segundo a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A remuneração dos respondentes variou entre R\$2090,00 até R\$4180,00. Nota-se que as classes D e E, segundo o IBGE, apresentam vulnerabilidade socioeconômica, de modo que tendem a precisar de crédito e tendem a ter alto endividamento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção está dividida em dois tópicos. O primeiro apresenta a análise do questionário, situando questões sobre as condições de trabalho percebidas por professores de Educação Física, incluindo infraestrutura e materiais, tangenciando, a título de contexto, as suas percepções sobre saúde e qualidade de vida. O segundo utiliza-se de uma seleção de imagens que pertencem a um banco de mais de 400 registros fotográficos deste estudo, aqui utilizadas para ilustrar as realidades dos professores participantes.

PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA E CONDIÇÕES DE TRABALHO

. No que se refere a questões sobre o ambiente de trabalho relacionadas à higiene, ventilação e iluminação, os respondentes podiam assinalar de uma escala as respostas: “muito ruim”, “ruim”, “neutro”, “boa”, “muito boa”. O Quadro 1 sintetiza as respostas dos docentes atribuídas com base nesta escala.

Somados, 10 dos professores de Educação Física consideram a ventilação e iluminação de seus espaços de trabalho “boa” ou “muito boa”. Vale ressaltar que a maioria das quadras de aula ou espaços das aulas de Educação Física não têm cobertura e são, portanto, ao ar livre. Sobre as condições de higiene do seu ambiente profissional, 8 professores responderam “muito boa”, e 5 responderam “boa”.

Dentre os respondentes, 4 professores consideram as condições de segurança das escolas em que atuam “ruim” ou “muito ruim”, 5 responderam “boa” e 4 não souberam responder. Estudos sobre a arquitetura das escolas sinalizam a presença de muros, grades e espaços construídos baseados no medo da violência geral que assola a sociedade e, inclusive, a violência contra professores, fatores que compõem um ciclo de desvalorização profissional (Ambrosio, 2022).

Quando avaliando a sua remuneração, quantidade e qualidade de recursos materiais, tem-se da maioria dos respondentes que as condições são “ruins” e “muito ruins”. Em remuneração, 8 professores consideram o seu salário “muito ruim” e 5 “ruim”. Sobre a quantidade e qualidade de recursos materiais, 5 dos professores consideram “ruim” e 3 “muito ruim”. Dentre os respondentes, 5 professores assinalaram “neutro” em relação a essa questão.

Diante desse cenário, não surpreende que a maioria dos respondentes (9 professores) assinalaram que gastam recursos próprios para aquisição de materiais para ministrarem seus conteúdos em aulas de Educação Física escolar. Destaca-se que cidades do estado de Minas Gerais situam-se entre aquelas de pior remuneração de professores da educação básica do país (Marques; Souza; Parré, 2022).

A precarização do trabalho do professor de Educação Física resulta em efeitos negativos sobre a profissão, e a insatisfação salarial é uma das condições de trabalho que implicam no abandono da docência (Moreira *et al.*, 2010; Krug, 2020).

O abandono da profissão pode ocorrer por duas vias, seja do ponto de vista de abandonar a qualidade do trabalho ou de desistir de ser professor. Em um estudo realizado por Favatto e Both (2019) foram entrevistados 16 professores de Educação Física que apresentavam até quatro anos de experiência. Destes, 11 participantes demonstraram o desejo de abandonar a área por completo em razão da precariedade de infraestrutura e materiais.

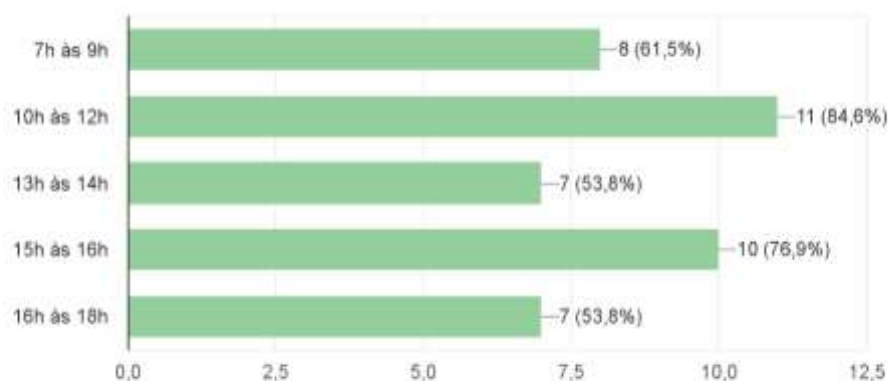
Sobre os respondentes “neutros” em relação a quantidade e qualidade dos recursos materiais, pode-se ponderar que tal indiferença pode ser indício de desinvestimento pedagógico na profissão (Machado *et al.*, 2010). Por outro lado, pode denotar que o professor suporta certas condições para operacionalizar o ensino em sua prática pedagógica.

Ao serem perguntados sobre como classificam o estado de saúde geral (biológica, psicológica e social), considerando os últimos 90 dias, 7 professores responderam “boa”, 2 professores assinalaram “ruim” e 3 dos professores ficaram neutros quanto a esta pergunta. Estes dados divergem daqueles obtidos por Both (2010), em que os professores avaliam sua saúde, predominantemente, como ruim.

Na pergunta sobre como avaliam a sua qualidade de vida, 7 respondentes assinalaram “boa”, 4 assinalaram como resposta “neutro” e 2 “ruim”. Este dado converge com estudos realizados no Brasil nos últimos anos, que indicam que em geral professores têm uma percepção “regular” de sua qualidade de vida, atribuindo-se ao domínio relações sociais uma percepção mais positiva, em detrimento aos domínios físicos, psicológicos e ambientais (Guimaraes; Folle; Nascimento, 2020).

Quando perguntados sobre quantas horas ficam expostos ao sol, 7 dos respondentes passam, ao menos, de 2 horas a 4 horas em exposição direta ao sol. 6 assinalaram que trabalham de 5 horas a 8 horas em exposição ao sol. O Gráfico 2 mostra as faixas de horário em que os professores passam em exposição direta ao sol em decorrência de seu trabalho como docente de Educação Física. Eles podiam assinalar diferentes faixas de horários.

Gráfico 2 – Horários de exposição direta ao sol durante o trabalho de professores de Educação Física.



Fonte: Autores, 2023.

De 10 horas da manhã até 12 horas da tarde nota-se que 11 dos professores tem essa exposição, uma faixa de horário muito crítica em relação a condições climáticas. Segundo o Instituto Nacional do Câncer (INCA, 2023), “o tumor maligno mais incidente no Brasil é o de pele não melanoma (31,3% de casos)”, que é causado por exposição ao sol. A recomendação do INCA é que uma das medidas de prevenção ao câncer de pele é evitar a exposição ao sol por períodos prolongados no período de 10 horas da manhã a 16 horas da tarde. Nota-se que nas faixas de horário de 13h às 14h e de 15h às 16h, o número de docentes em exposição ao sol representa a maioria dos respondentes.

Ao serem perguntados a respeito das condições de trabalho, os respondentes indicaram que poeira (10 professores) e calor (11 professores) são as questões que mais os incomodam, sendo que o ruído foi apontado por 8 professores. Com baixos salários, a aquisição de roupas e cosméticos próprios à proteção pode representar uma grande dificuldade aos docentes e, mais que desconforto, consequências graves para a sua saúde.

Medeiros (2022) investigou 48 docentes em Educação Física de escolas estaduais da região de Amarel, Santa Catarina, a respeito dos procedimentos e condutas dos mesmos quanto aos riscos de desenvolver câncer de pele causado pelo excesso de exposição solar. Os resultados obtidos demonstraram que os professores ministram uma quantidade elevada de aulas em ambiente totalmente exposto ao sol. Segundo o estudo, como consequência da falta de proteção e excesso de aula ministradas com exposição ao sol, os professores acabaram tendo uma ou duas queimaduras anuais devido à rotina de trabalho.

Em respostas abertas, alguns professores adicionaram outros fatos relacionados às condições cotidianas do seu ambiente de trabalho como: “Falta D’água” na escola (Professor José, 41 anos de idade, 8 anos de atuação), “Machucar a mão na estrutura precária da quadra esportiva” (Professor

Paulo, 36 anos de idade, 9 anos de atuação). Há também questões relacionadas ao ambiente no qual o professor está inserido. O professor João relata que “Atuo numa comunidade dominada pelo tráfico de drogas e o risco é constante” (Professor João, 44 anos de idade, 17 anos de atuação).

Um fator agravante é que 11 professores assinalaram que não vêem perspectivas de melhorias em suas condições de trabalho. Ao serem indagados sobre o reconhecimento geral da sociedade em relação à relevância social do seu trabalho, 8 professores alegaram que é “ruim” ou “muito ruim”, 2 docentes assinalaram “neutro” em relação a esta questão e 3 assinalaram “boa”. Quanto à sua percepção de relevância com base na direção e equipe pedagógica, 5 responderam “ruim”, 5 “bom” e 3 “muito boa”. Quanto aos alunos, 7 professores percebem sua relevância como “ruim” e “muito ruim” e 6 como “muito boa”. Além disso, 10 professores assinalaram que não recebem quaisquer tipos de incentivos para aperfeiçoamento e qualificação, participação de congressos e eventos na área de educação.

O fenômeno da precarização do trabalho docente tem sido debatido no âmbito da educação em geral como parte constituinte da categoria trabalho, que tem atingido professores da educação básica que, embora qualificados com nível superior, sofrem com as questões materiais e de infraestrutura escolar, e estão sujeitos ao aumento do número de contratos temporários, com a redução de concursos públicos, baixa remuneração, desvalorização e outros cenários que os constroem e comprimem sua prática pedagógica (Previtali; Fagiani, 2020). A definição de precarização do trabalho de Rosenfield (2011, p. 264) reflete estas questões, pois, descreve-o como uma condição insegura, ou ainda, como “um processo social de institucionalização da instabilidade.”

A Educação Física é, historicamente, mal compreendida como componente curricular por professores de outras áreas e pela sociedade em geral, sendo comumente confundida como atividade recreacional e sem intencionalidade pedagógica. Parte desta má compreensão está ligada à concepção médico-higienista na qual a área se fundou no século XIX, mas, também, a um panorama educacional de sentido utilitarista de formação para o mercado de trabalho que tem se perpetuado no Brasil e que acaba relegando o conhecimento das práticas corporais a um plano secundário, de forma equivocada. (Maia *et al.*, 2019). A disciplina em si torna-se desvalorizada e, também, os seus professores.

QUADRAS DE AULA DA EDUCAÇÃO FÍSICA: LUGARES DE FALA DOS DOCENTES

Foram registradas imagens de 8 escolas estaduais da cidade de Viçosa-MG. Buscou-se registrar os espaços de aula mais utilizados dentro da especificidade de atuação destes professores,

especialmente, as denominadas quadras de aulas. Utilizamos este termo para reforçar que as aulas de Educação Física não devem ser confundidas como um mero momento recreativo e, portanto, seus espaços pressupõem um ambiente de ensino e aprendizagem, com condições materiais para que ocorram.

Algumas escolas têm outros locais onde ocorrem as aulas dos professores, como os pátios e áreas como corredores ou espaços inespecíficos dentro de instalações prediais (estes foram registrados conforme a indicação da equipe escola e/ou professores). São espaços que não foram construídos para o desenvolvimento de práticas corporais.

É importante destacar que, das escolas com imagens registradas, somente duas quadras de aula possuíam cobertura, sendo que uma delas foi resultado de uma reforma recente no ano de 2022. A escola 1 atende alunos do ensino fundamental e médio e foi inaugurada em 1965.

Figura 1 – Quadra de aula coberta da escola estadual 1.



Fonte: Autores, (2023).

O espaço identificado na Figura 1, não é o único onde ocorrem aulas de Educação Física nesta escola. Devido ao número de alunos e turmas, nesta escola, seus três professores do componente curricular Educação Física revezam o uso deste espaço coberto com o pátio da imagem na Figura 2.

Figura 2 – Pátio de aula da escola estadual 1.



Fonte: Autores, (2023).

A escola 2 (Figura 3) passou por reformas em dezembro de 2014. Observa-se que, apesar disso, a estrutura da quadra de aula não foi incluída naquela reforma. De fato, como apontam Carvalho, Barcelos e Martins (2020, p.220), a Educação Física é preterida nestes momentos e “num cenário de pouco investimento na educação pública, via de regra, esses poucos recursos costumam ser direcionados para as demandas consideradas mais importantes, tais como aquelas necessárias para promover o ensino-aprendizagem das demais áreas do conhecimento”.

Figura 3 – Quadra de aula da escola estadual 2.



Fonte: Autores, (2023).

O ambiente acima também é descoberto de modo que o professor fica exposto diretamente às condições climáticas durante todas as aulas, levando-o a precisar de mais de um planejamento para abordar o conteúdo a depender das condições do espaço. Além das irregularidades no piso,

também existe a mata em volta da quadra, que traz o perigo de animais peçonhentos e insetos, pois, nem sempre está podada. No acesso e no entorno do espaço há estruturas enferrujadas e cortantes.

Figura 4 – Quadra de aula da escola estadual 3.



Fonte: Autores, (2023).

Na escola estadual 3 (Figura 4), além de grades enferrujadas ao redor da quadra de aula, outros riscos à integridade física de professores e seus frequentadores são as estruturas de aço que parecem em processo de ceder.

Figura 5 – Quadra de aula da escola estadual 4.



Fonte: Autores, (2023).

Um fato observado nesta escola (Figura 5 e Figura 6) foi que professores, devido à exposição excessiva ao sol, se mobilizaram para comprar um guarda-sol com recursos próprios para se protegerem enquanto passam orientações e acompanham o desenvolvimento de atividades.

Figura 6 – Guarda-sol na quadra de aula da escola estadual 4.



Fonte: Autores, (2023).

De maneira geral, todos os espaços contêm problemas evidentes, de modo que carecem de providências para prover melhores condições de trabalho para o professor de Educação Física. Além disso, em nenhuma das escolas foram observadas condições adequadas de acessibilidade para pessoas com deficiências ou com dificuldades de locomoção, pois, havia barreiras arquitetônicas.

Figura 7 – Quadra de aula da escola estadual 5.



Fonte: Autores, (2023).

Segundo o Instituto Península, em pesquisa realizada com mais de 7 mil professores de todo o país, cerca de 40% das escolas brasileiras não possuem locais adequados para aulas de Educação Física, como quadras ou pátios (Instituto Península, 2019). A falta de infraestrutura foi notada com maior precariedade em escolas de baixo nível socioeconômico.

A Figura 8 é de uma escola que tem como único espaço aberto para o ensino de conteúdos da Educação Física um pátio, sem cobertura, em frente às salas de aula, com obstáculos (pilastras).

Este espaço onde são realizadas as aulas fica próximo a várias salas de aula. É perceptível que há interferência e a Educação Física se constitui, de modo análogo ao que identificaram Damazio e Silva (2008, p.191), “num entrave no interior da escola”, com reclamações de outros professores.

Figura 8 – Quadra de aula da escola estadual 6.



Fonte: Autores, (2023).

De acordo com Previtali (2022), a falta de investimento em infraestrutura e oferta de materiais/equipamentos para o bom funcionamento das escolas é um dos fatores que afetam as práticas pedagógicas, tornando-as, muitas vezes, inconsistentes e ineficazes. Além disso, as condições precárias das instalações somam-se a outros fatores que, além de desmotivantes, expõem professores de Educação Física e estudantes a riscos.

Na Figura 9, tem-se a quadra de aula da escola 7, em que se notam em destaque as rachaduras no chão, a proteção em ferro retorcido, com ferrugem e buracos.

Figura 9 – Quadra de aula da escola 7.



Fonte: Autores, (2023).

Estudos como o de Marcon (2016) sinalizam que a infraestrutura e os materiais são fatores importantes para a Educação Física em suas possibilidades, para que o professor possa diversificar e aprofundar os conteúdos de ensino. É preciso desromantizar a ideia de professores inovadores e criativos ignorando as condições, pois, mais do que colocar em risco a qualidade do ensino e efetivação de um currículo, também está em questão a integridade e saúde destes profissionais.

CONCLUSÕES

O objetivo do presente estudo foi identificar e analisar condições de infraestrutura escolar e de trabalho de professores de Educação Física da rede estadual. Em suma, é possível afirmar que a maioria dos professores participantes atuam em condições inadequadas e/ou precárias na cidade de Viçosa, com desafios que os expõem a riscos de saúde, além de dificultarem as suas atividades de ensino. Isso ficou evidente tanto nos dados obtidos a partir dos professores respondentes ao questionário, quanto nas imagens.

Foi possível determinar que os professores respondentes da rede estadual, em sua maioria, reportaram que a infraestrutura e as condições de trabalho são ruins ou muito ruins, com longas horas de exposição ao sol, poeira e ruído. Há um relato sobre a falta d'água na escola de atuação, que compromete a hidratação da comunidade escolar. Além disso, somando-se os respondentes que consideraram ruins as condições de segurança de seus campos de atuação e que não souberam responder, pode-se inferir há dificuldade de sentir-se seguro no ambiente do trabalho.

Quanto aos recursos materiais, os professores fazem investimentos próprios, apesar da baixa remuneração, com jornadas de trabalho que chegam a 55 horas semanais. Por outro lado, os docentes consideraram, em sua maioria, como boas ou muito boas as condições de iluminação, ventilação e higiene dos seus espaços de aula. Em geral, os respondentes têm boa percepção de sua qualidade de vida e de saúde. Esse fator pode ter relação com a compreensão de saúde e qualidade de vida destes participantes, que não foi acessada por este estudo e é um tema importante para aprofundar este entendimento.

Foram registradas em imagens evidências claras de condições de trabalho precarizadas para os professores de Educação Física da rede estadual de Viçosa em relação à infraestrutura, com espaços sem acessibilidade, com pisos irregulares, estruturas enferrujadas, grades de aço cedendo, em exposição a diferentes condições climáticas, especialmente ao sol e poeira. Todas as escolas apresentam problemas de infraestrutura nos espaços de aulas de Educação Física, os quais ameaçam as práticas pedagógicas e, também, a integridade física dos frequentadores. Somente duas das escolas possuem espaços de quadra de aula cobertos, sendo uma resultante de uma reforma recente,

mas, que ainda assim precisam ser revezadas entre professores da área na escola em diferentes horários e dias da semana, por não acomodar o número de alunos e aulas de Educação Física.

As imagens mostraram barreiras arquitetônicas que nos permite apontar que as quadras de aula em que os docentes atuam são ambientes com risco de quedas e excludentes para pessoas com deficiência ou dificuldade de locomoção. Há uma escola que passou por reforma recente, mas, a quadra de aula não foi incluída no projeto, o que demonstra uma negligência do entendimento da quadra de aula como parte da escola, como espaço de ensino e aprendizagem.

Considerando o conceito de infraestrutura escolar não apenas como a materialidade de seus espaços e recursos, mas, também como *locus* de significação dotado de dinâmicas relacionais, este estudo conclui que embora os docentes participantes percebam, em sua maioria, como negativa a relevância que a sociedade geral atribui ao seu trabalho, eles têm contextos particulares para com a equipe pedagógica e os alunos, com boas e más percepções de relevância advinda dos mesmos, o que permite inferir que as barreiras da infraestrutura e condições de trabalho não determinam a relevância da área para a comunidade escolar como necessariamente negativas. Seria importante, para estudos futuros, acessar estes outros atores sociais a respeito da infraestrutura escolar e da Educação Física como componente curricular.

Diante dos dados, foi possível observar que a maioria dos docentes não perspectivam melhorias em suas condições de trabalho. Considerando o tempo de carreira esperado para um professor atuante na educação básica, é preciso empreender estudos longitudinais sobre os impactos de longo prazo destas condições sobre a saúde e a capacidade para o trabalho de professores.

As limitações de infraestrutura e materiais podem impactar a qualidade de ensino e a saúde de docentes e frequentadores dos espaços de aula da Educação Física escolar. Há, também, o risco de desinvestimento pedagógico e/ou abandono da profissão à medida que a maioria dos respondentes indicou que não perspectiva melhorias de suas condições de trabalho, não são incentivados à qualificação e avaliam a relevância atribuída pela sociedade ao seu trabalho de forma negativa.

REFERÊNCIAS

AMBROSIO, P. M. **Arquitetura do medo em escolas públicas de Belo Horizonte**. 2020. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufop.br/handle/123456789/15009>. Acesso em 12 nov. 2023.

ANTONINI, F.B. *et al.* Práticas de promoção da saúde no trabalho do professor. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 35, p. eAPE02761, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/XQ4mWv5zbPN3L74M3N6y6jS/>. Acesso em: 4 mar. 2023.

BERNARDI, G.B.; NETO, V.M. Implicações da proletarização do trabalho docente na educação física escolar. **Pensar a prática**, v. 19, n. 2, 2016. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2018/09/912859/36661-176517-2-pb.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2023.

BOTH, J. *et al.* Condições de vida do trabalhador docente: Associação entre estilo de vida e qualidade de vida no trabalho de professores de Educação Física. **Motricidade**, v. 6, n. 3, p. 39-51, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2730/273019708006.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

BRACHT, V. **A educação física escolar no Brasil: o que ela vem sendo e o que pode ser**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2019.

CARVALHO, J. P. X.; BARCELOS, M.; MARTINS, R. L. D. R. Infraestrutura escolar e recursos materiais: desafios para a educação física contemporânea. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 10, p. 218-237, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2917>. Acesso em: 15 jun. 2023.

CASTRO, E. S. **A infraestrutura escolar brasileira como indicador para políticas públicas e para um padrão de qualidade em educação**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) Programa De Pós-Graduação Em Desenvolvimento, Sociedade E Cooperação Internacional, Universidade de Brasília: Brasília – DF. 2018. Disponível em: http://www.rlbea.unb.br/jspui/bitstream/10482/34625/1/2018_ElianiceSilvaCastro.pdf. Acesso em 17 jul. 2024.

CUNHA, S.D.M. *et al.* Vivências, condições de trabalho e processo saúde-doença: retratos da realidade docente. **Educação em Revista**, v. 40, p. e36820, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/QxWTjkkxVDCy7vPXsRWJ4HgB/>. Acesso em 13 jun. 2023.

DAMAZIO, M. S.; SILVA, M. F. P. O ensino da educação física e o espaço físico em questão. **Pensar a Prática, Goiânia**, v. 11, n. 2, p. 189–196, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/3590>. Acesso em: 16 jun. 2024.

FERREIRA NETO, R. B. Infraestrutura escolar e educação física: tensões e conflitos. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 31, n. 76, p. 231-256, jan. 2020. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/ae/article/view/6547>. Acesso em: 24 de mai. 2023.

FAVATTO, N. C. BOTH, J. Motivos para abandono e permanência na carreira docente em educação física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 41, p. 127-134, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/hZwxpF3d73HW6xPkNqMzskB/>. Acesso em: 23 de mai. 2023.

FELIX, A. M. D. S. **Trabalho docente na Educação Física: categoria precarização e o adoecimento dos docentes**. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) - Departamento de Educação Física, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2022.

FLECK, M. *et al.* Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida "WHOQOL-bref". **Revista de saúde pública**, v. 34, p. 178-183, 2000.

GOVERNO DE MINAS GERAIS. **Lista de escolas.** Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/escolas/lista-de-escolas>. Acesso em: 16 jun. 2023.

GUIMARAES, J.R.S; FOLLE, A.; NASCIMENTO, R.K. Qualidade de vida de professores: análise da produção científica. **Revista Motrivivência**, v. 32, n. 61, e62063, jan. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais. 2023.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=38475&t=downloads>. Acesso em: 7 nov. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (INCA). **INCA estima 704 mil casos de câncer por ano no Brasil até 2025.** Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/noticias/2022/inca-estima-704-mil-casos-de-cancer-por-ano-no-brasil-ate-2025>. Acesso em: 3 dez. 2023.

INSTITUTO PENÍNSULA. **Pesquisa de contexto da educação física escolar no Brasil - resultados finais - novembro 2019.** Instituto Península, 2020. Disponível em: <https://www.institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Pesquisa-ContextoEduca%C3%A7%C3%A3o-F%C3%ADsica.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2023.

JACOMINI, M. A; PENNA, M. G. O. Carreira docente e valorização do magistério: condições de trabalho e desenvolvimento profissional. **Pro-posições**, v. 27, n. 2, p. 177-202, mai. 2016.

KRUG, H. N. Implicações das Condições de Trabalho na Prática Pedagógica de Professores de Educação Física Iniciais na Educação Básica. **Pensar Acadêmico**, v. 18, n. 3, p. 487-509, 2020.

MACHADO, T. S. *et al.* As práticas de desinvestimento pedagógico na Educação Física escolar. **Movimento**, v. 16, n. 2, p. 129-147, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/10495>. Acesso em 15 mar. 2023.

MAIA, F. E. *et al.* Memórias e reflexões sobre a desvalorização da educação física na escola brasileira. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades**, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 1–12, 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3580>. Acesso em: 16 jun. 2024.

MANINI, M. P. Imagem, memória e informação: um tripé para o documento fotográfico. **Domínios da Imagem**, v.4, n. 8, p. 77-88, maio 2011. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/12864>. Acesso em: 4 mar. 2023.

MARCON, D. *et al.* O conhecimento do contexto na construção do conhecimento pedagógico do conteúdo dos futuros professores de Educação Física. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 19, n. 3, p. 522-532, jul./set. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/pef/article/view/34641/pdf>. Acesso em 04 de out. 2023.

MARQUES, F.C; DA SILVA SOUZA, R.; PARRÉ, J.L. Remuneração dos professores do ensino básico nas regiões Sul e Sudeste: uma abordagem espacial. **Revista Economia Ensaios**, v. 37, n. 1: 155-176, Jan./Jun. 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/55293>. Acesso em: 12 set. 2023.

MEDEIROS, J. **Procedimentos e condutas dos profissionais de educação física quanto aos riscos em desenvolver o câncer de pele causado pelo excesso de exposição solar.** Trabalho de

Conclusão de Curso, Instituto Ânima, 2022. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/d6dab942-e510-4fca-832d-2a1c1c106482>. Acesso em: 4 mai. 2023.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 14. Ed, 2014.

MOREIRA, H. D. R. *et al.* Qualidade de vida do trabalhador docente em Educação Física do estado do Paraná, Brasil. **Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano**, v. 12, p. 435-442, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcdh/a/rf5Crb6gqx/Bbkhz5GRQ66Xs/?lang=pt>. Acesso em: 2 jun. 2023.

MOREIRA, H. R. Qualidade de vida no trabalho e síndrome de burnout em professores de educação física do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 14, n. 2, p. 115-122, 2009. Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/763>. Acesso em :16 jun. 2023.

PREVITALI, F. S. (Org.). **Trabalho e educação na reestruturação produtiva do capital**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2022.

PREVITALI, F. S.; FAGIANI, C. C. Trabalho e trabalho docente na educação básica em tempos precarização no Brasil. **Controversias y Concurrencias Latinoamericanas**, v. 11, n. 20, p. 223-240, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5886/588663787013/588663787013.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2024.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. (4. ed.). São Paulo: Atlas, 2017.

ROSENFELD, C. L. Trabalho decente e precarização. **Tempo social**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 247-268, jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14842/11630>. Acesso em: 18 jul. 2024.

SA, J. S.; WERLE, F. O. C. Infraestrutura escolar e espaço físico em educação: o estado da arte. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 47, n. 164, p. 386-413, abr., 2017. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742017000200001&lng=pt&nrm=iso. Acesso: em 17 jul. 2024.

SANTOS, E. C.; ESPINOSA, M. M.; MARCON, S. R. Qualidade de vida, saúde e trabalho de professores do ensino fundamental. **Acta paulista de enfermagem**, v. 33, p. eAPE20180286, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/zx5RMBbTgSyNFhcyG4PZ3mD/>. Acesso em: 4 set. 2023.